



Boas práticas para efetivação da política de educação especial: o desafio dos professores no desenvolvimento do atendimento educacional especializado

Good practices for the effectiveness of the special education policy: the challenge of teachers in the development of specialized educational care

Priscila de Sousa Barbosa Castelo Branco^{1*}

Resumo: A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva organiza três eixos estratégicos de atuação: institucionalização, financiamento e a orientações das práticas pedagógicas inclusivas. Estas orientações buscam práticas efetivas que devem proporcionar ações inclusivas configuradas a partir de boas práticas no contexto escolar. Nesta breve análise, estudou-se como tem se dado a efetivação de boas práticas na educação especial a partir da reflexão sobre os apontamentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva mediante a atuação e formação do professor especializado que atua no serviço do Atendimento Educacional Especializado realizado no espaço da Sala de Recurso Multifuncional. Esta análise traz um recorte da pesquisa desenvolvida sobre “O Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual nas Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Municipal de São Luís/MA: na perspectiva de Vygotsky” apontando aqui os achados sobre a ação do AEE realizado nas SRM da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA. Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com dados coletados por entrevistas semiestruturadas com 09 professoras atuantes na área. Percebeu-se que ainda existem muitos problemas quanto ao acesso, permanência e superação de barreiras para a efetivação e continuidade das ações que estão sendo desenvolvidas nas SRM.

* Mestre em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Brasil, priscila.sousa.barbosa@hotmail.com



Palavras-chave: Política Educacional. Educação Especial e Inclusiva. Boas práticas dos professores.

Introdução

Educar é verbo, é ação, é movimento, é a relação entre professor e aluno, se dá nas vivências e experiências do cotidiano do ambiente educacional, que pode ser na escola, na casa, no parque. Educar está além dos muros da escola, para educar não tem receita pronta, e sim, vivências que explicam e unem todos os processos em que se criam a *ensinagem*.

Em virtude da diversidade do processo educativo, o professor encontra grandes e diversos desafios, que não podem ser medidos e sim analisados. Em sua sala ele encontra alunos heterogêneos, que pensam, agem e principalmente aprendem cada um ao seu tempo. À medida então que o professor se impulsiona ao fato que educar e não apenas ensinar, ele vai chegando ao seu suprassumo.

Porém, um dia chega às mãos um novo desafio, educar pessoas com necessidades educacionais especiais, as quais necessitam de atendimento especializado e de novas práticas, de um currículo que deverá ser adaptado, flexibilizado e diferenciado de acordo com suas dificuldades. São necessárias então atividades alternativas e desafiadoras realizadas em um espaço além da sala de aula que se desvelarão as boas práticas que devem ser desenvolvidas no atendimento dessas pessoas. É nesta situação que nascem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Essas salas apresentam um espaço físico diferenciado, com materiais típicos de ensino especializado, desenvolvendo o AEE no interior da escola, porém com a proposta de trabalho a partir do comportamento adaptativo, funcionam no contraturno. Mas sua proposta de ensino tem a função de complementação para alunos com deficiência e transtornos globais



de desenvolvimento e de suplementação para alunos com altas habilidades e superdotação, sendo este aspecto o grande ponto de diferenciação das salas de ensino regular.

Para atuar no Atendimento Educacional Especializado o professor deve ter não só a formação específica, mas deve ter também conhecimento teórico-prático sobre o trabalho a ser desenvolvido para sustentar os princípios para boas práticas educacionais no AEE. É importante que ele saiba que orientações teóricas poderão servir para realizar seu trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais. Pensando nisso, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (MEC) oferece a Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado que ao tratar do atendimento de alunos com deficiência apresenta a importância da intervenção pedagógica e da mediação para a efetivação das práticas.

A atuação nesse espaço sugere indagações, por isso, questiona-se: como se organiza o espaço das Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência?

Como objetivo propõe-se: Verificar como tem se dado as ações pedagógicas e quais os percalços no Atendimento Educacional Especializado que está sendo operacionalizado nas Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA.

O que fazemos na sala de recursos multifuncional: espaço para mediação e individualidades

A Sala de Recurso Multifuncional é concebida a partir do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Para implantação da Sala de Recurso Multifuncional, os gestores dos sistemas de ensino devem indicar quanto à necessidade desta implantação, planejando a oferta do



Atendimento Educacional Especializado segundo os critérios da legislação federal e tendo como guia o Documento Orientador do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais e o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Segundo o Decreto 7.611/11 de 17 de novembro, o Atendimento Educacional Especializado deverá dar-se em ambientes organizados especialmente para esta atividade, concebidos como SRM.

A SRM funciona como um espaço destinado a um trabalho individualizado e contínuo, que se preocupa com atividades que não se prendam aos currículos escolares, sempre tão fechados e restritos. De acordo com o documento “Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado” do Ministério da Educação se observa:

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES, 2006, p.13).

Neste espaço é promovido o serviço de Atendimento Educacional Especializado visando atender alunos em suas áreas de necessidades educacionais especiais de acordo com o seu público-alvo, isto é, alunos com deficiência intelectual, surdos ou com deficiência auditiva, com baixa visão ou deficiência visual, deficiência física, com dificuldades de comunicação expressiva, com altas habilidades/superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento. Este caráter de atendimento diversificado é que torna a Sala de Recursos um espaço multifuncional, que vislumbra o atendimento às mais diversas áreas de necessidades educacionais especiais (Decreto 7.611/11, Artigo 2º).

É neste espaço que acontecem atividades de estímulo a áreas ligadas ao saber prático da vida diária, a processos de organização sistemática, temporal, espacial e mental, a atividades que envolvem sequência, raciocínio lógico, memorização, percepção visual e tátil, associação, movimentação, entre outras áreas que estimularão todos os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e linguísticos da criança.

Cada um dos indivíduos atendidos nas SRM necessita que seja traçado um plano individual para seu Atendimento Educacional Especializado. O plano individualizado segue um roteiro que sistematicamente organiza o trabalho a ser desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado. O plano tem em sua característica principal apresentar as NEE de forma individual, priorizando as limitações mais significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, buscando assim novas conexões entre os circuitos neuronais, que de independentes se tornarão interligados através da aprendizagem e do exercício (Luckasson et al., 2002).

A aprendizagem para Vygotsky “pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam” (Vygotsky, 1998, p.115), nisto afirma mais uma vez a importância da Zona de Desenvolvimento Proximal para a aprendizagem, visto que a aprendizagem é possibilitada pelo meio em que a criança está inserida, a mediação que se dará durante aquele momento e, principalmente outro conceito abordado por ele, que é o de internalização, o qual compreende como a criança com deficiência internaliza cada novo aprendizado, se aquilo será significativo para ela (CHAIKLIN, 2011).

O Atendimento Educacional Especializado busca de forma incessante saber sobre os processos de aprendizagem de cada criança, de como foram regidas cada uma das funções dos processos psicológicos superiores durante a aprendizagem, se a criança com deficiência intelectual, por exemplo, tem dificuldades ao planejar uma ação e, se o tem, o quê ocorreu em suas funções executivas para que houvesse essa dificuldade.

O plano individualizado é um processo de intervenção mediada, que segue um roteiro que sistematicamente organiza o trabalho a ser desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado e que se efetiva a partir da avaliação das necessidades educacionais especiais, almejando superar o déficit cognitivo.

Alves (2006), ao tratar dos recursos materiais que podem ser desenvolvidos na Sala de Recursos Multifuncional, apresenta sugestões que poderão ser utilizadas no Atendimento Educacional Especializado como jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades



educacionais especiais dos alunos e potencializar as funções cognitivas, fazendo as interações com o ambiente externo e interno ao corpo. Os jogos poderão ser confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, raciocínio lógico, atenção, memória, concentração, percepção visual etc.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, o Atendimento Educacional Especializado realizado na Sala de Recurso Multifuncional é um serviço que deverá ser realizado por um professor especializado na área de Educação Especial e que comprove pós-graduação, graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas da Educação Especial (Resolução CNE/CEB 2/01, Artigo 18).

Este professor especializado deverá suplementar no caso dos alunos com altas habilidades/superdotação, e complementar, no caso dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não à deficiência. Esse tipo de atendimento deve ser realizado em um espaço dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas mais próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado de forma individual ou em pequenos grupos em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum (ALVES, 2006).

Conforme indica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para atuar na docência no Atendimento Educacional Especializado é necessário que o professor tenha formação inicial e continuada para atuar na área, principalmente ao tratar-se da modalidade de educação especial, que demanda conhecimentos específicos para a devida oferta desse serviço (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2008).

No que diz respeito à formação dos professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado e da implantação e implementação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais houve a parceria entre Secretaria de Educação Especial do



Ministério da Educação (SEESP/MEC) e Secretaria de Educação a Distância para oferta do “Curso de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado”, formação esta que faz parte das ações do Programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, atuante desde 2003 (BRIDI, 2012).

Como lembra BRIDI (2012), uma das primeiras experiências aconteceu no município de Santa Maria/RS que além de aderir ao Programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade promoveu a formação continuada de gestores e educadores das redes públicas de ensino estadual e municipal. Ocorrido no ano de 2007, o Curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Atendimento Educacional Especializado na modalidade de educação a distância foi oferecido a professores já atuantes no Atendimento Educacional Especializado proporcionado pela parceria Secretaria de Educação Especial, Secretaria de Educação a Distância e a Universidade Federal do Ceará e tiveram como subsídio os 05 fascículos do material Atendimento Educacional Especializado (BATISTA, RAPOLI, MANTOAN, FIGUEIREDO, 2007).

A parceria do curso de Aperfeiçoamento gerou, depois de duas edições, um curso de Especialização no ano de 2010. O Curso de Especialização no Atendimento Educacional Especializado ofertado na modalidade a distância coordenado pela Universidade Federal do Ceará.

Segundo dados do Edital n.º 01/2013/PR-PPG que dispõe sobre a seleção de candidatos para o curso de especialização em educação especial: Formação Continuada de Professores para o AEE de 2013, foram oferecidas “900 (novecentas) vagas para professores da educação básica, em efetivo exercício nas redes públicas de ensino, que atuam ou se comprometam a atuar no AEE das escolas de ensino regular das respectivas redes” (Universidade Federal do Ceará [UFC], 2013, p.2012).

As ofertas foram distribuídas pelas Redes Municipais e Estaduais de Ensino. No Maranhão foram disponibilizadas 25 vagas, sendo 10 para o município de São Luís e 15 vagas de abrangência que corresponde a professores de outros municípios.



O programa de formação continuada a distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado conta com um material didático próprio, atualmente a Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”, organizada em 10 fascículos, visam o direcionamento das práticas a se efetivarem nos Atendimentos Educacionais Especializados de todo país.

Percurso e desenvolvimento da pesquisa

A referida pesquisa teve cunho exploratório e descritivo, pois foi realizada a partir do levantamento bibliográfico da Política de Educação Especial da Rede Municipal de São Luís/MA, efetivada a partir do Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais para alunos com deficiência.

A pesquisa aconteceu em 09 Salas de Recursos Multifuncionais coordenadas pela Superintendência da Área de Educação Especial, tendo como participantes 09, buscando descrever como estão sendo operacionalizado o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Como instrumentos de coletas de dados foram utilizados a observação sistemática realizada durante o Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência desenvolvidos nas Salas de Recursos Multifuncionais e a técnica da entrevista semiestruturada realizada com as professoras das Salas de Recursos Multifuncionais.

Seis professoras ao serem questionadas sobre como o Atendimento Educacional Especializado tem sido realizado na Rede Municipal de Educação de São Luís/MA e de como se dá essa organização atualmente, indicaram algumas problemáticas em desenvolver um atendimento de qualidade em virtude principalmente da falta de recursos, de um espaço adequado, de acessibilidade nas escolas, do acompanhamento das práticas desenvolvidas, da orientação para a família e da parceria com o professor do ensino regular já que o aluno frequenta no contraturno a Sala de Recursos Multifuncional.



A fala da Professora 1 retrata esta questão considerada pelas professoras uma vez que logo no início de sua fala ela apresenta o formato de organização da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, destacando a composição por Núcleos conforme já apontada neste estudo, contudo ela apresenta as dificuldades ao dizer que apesar de haver esta organização “ela não é boa”. Chega a questionar o uso do termo Multifuncional, pois não haveria amparo suficiente de materiais para atender a todos os alunos como prescreve a legislação, principalmente no que tange o modelo organizacional pensado no “Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais” ao tratar dos critérios e das condições para a implantação das salas (MEC, 2010).

Percebeu-se na fala da professora a falta de uma continuidade no trabalho que está sendo desenvolvido ou até certas falhas na forma que a Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, representadas pela Superintendência da Área de Educação Especial, tem ofertado o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais, pois tais questões comprometem o que é firmado pela legislação federal no que tange a qualidade dos serviços oferecidos.

Três professoras preferiram falar de suas práticas na Sala de Recursos Multifuncional, quando indagadas sobre sua opinião, de como o Atendimento Educacional Especializado tem sido realizado na Rede Municipal de Educação de São Luís/MA.

“- Ela... O atendimento é realizado de 3 a 4 vezes por semana pelo menos na minha sala... Como pode ser feito individual ou em grupo eu faço atendimento no dia individual nos outros dias em grupo por conta do quantitativo não tem mais como fazer ele... Nem todos têm mais esse individual infelizmente aí a gente trabalha com. Com... As dificuldades específicas trabalha com a questão da socialização em grupo com a atenção concentração.” (Professora 2).

Assim como a Professora 2, as outras 02 professoras preferiram falar sobre a forma de organização desde a identificação do aluno, a avaliação diagnóstica realizada pela equipe multidisciplinar na Superintendência da Área de Educação Especial até a chegada do aluno na Sala de Recursos Multifuncional, mostrando sua forma de organização de atendimento e até antecipando o próximo questionamento da entrevista. Contudo foi indicada a falta de



profissionais da equipe multidisciplinar para realizar a avaliação diagnóstica educacional por conta do seu pequeno quantitativo.

Esse pequeno quantitativo de profissionais leva a demora na identificação das capacidades funcionais adaptativas dos alunos a serem encaminhados ao Atendimento Educacional Especializado e, quando for o caso, frequentar a Sala de Recursos Multifuncional.

Dado esse que corresponde à fala da Professora 3 sobre a sua opinião, de como o Atendimento Educacional Especializado tem sido realizado na Rede Municipal de Educação de São Luís/MA, ao comentar que há muitos alunos na rede com dificuldades de aprendizagem e não com deficiência, demonstrando a importância da ampliação de profissionais para realizar a avaliação diagnóstica educacional, principalmente a figura do psicopedagogo que tem em sua equipe multidisciplinar que atuar diretamente nesta avaliação apenas 02 profissionais com formação em Psicopedagogia.

Ao serem questionadas sobre como são direcionadas as práticas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais na Rede Municipal de São Luís/MA em que atuam e como se dá o planejamento das atividades para esses alunos atendidos todas as professoras indicaram realizar uma avaliação inicial quando o aluno chega a sua sala e uma entrevista inicial com a família, apesar de já terem passado pela avaliação diagnóstica educacional realizada pela equipe multidisciplinar da Superintendência da Área de Educação Especial.

Embora não conste esta avaliação inicial e da avaliação diagnóstica inicial de forma explícita na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esta é uma prática comum na Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA, que visa atender ao **Decreto 3.298/99 de 20 de dezembro, o qual** regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, e dá outras providências, em sua Seção I, declarado que “A deficiência



ou incapacidade deve ser diagnosticada e caracterizada por equipe multidisciplinar de saúde, para fins de concessão de benefícios e serviços” (Decreto 3.298/99, Artigo 16, Inciso 2º).

Esse diagnóstico então deveria ser realizado pelos órgãos de saúde municipais, contudo, segundo a Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís/MA, a equipe multidisciplinar atuante nesta Superintendência visa viabilizar o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos a serem atendidos nas Salas de Recurso Multifuncionais da rede (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2014).

Considerações finais

Percebeu-se durante a pesquisa que muitas práticas são efetivas no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais de alunos com deficiência em relação ao atendimento de suas necessidades educacionais especiais, tentando segundo as professoras realizar ações que se destinam a superar o déficit em relação às suas capacidades funcionais e do comportamento adaptativo.

Espera-se que a busca por uma aprendizagem de qualidade para alunos com deficiência continue unindo os esforços de educadores e pesquisadores. E que as barreiras que ainda os separam sejam quebradas a partir do entendimento que o desenvolvimento é algo cultural, visto que os processos sociais participam do desenvolvimento das funções mentais.

Espera-se também que este estudo contribua para que as pessoas com deficiência intelectual sejam consideradas seres sociais e culturais. E que todos os professores busquem por maiores conhecimentos em relação ao processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais.

Referências



Alves, D. O., Gotti, M. O., Griboski, C. M., Dutra, C. P. (2006). *Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação.

Batista, C. A. M., Rapoli, E. A., Manton, M. T. E., Figueiredo, R. V. (2007). *Atendimento educacional especializado: orientações gerais e educação a distância: formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado*. Brasília: MEC/SEESP.

Brasil. Ministério da Educação. *Decreto n.º 3.298/1999 de 20 de dezembro*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Acesso em 15 de julho de 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

Brasil. Ministério da Educação. *Decreto nº 7.611/11 de 17 de novembro*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Acesso em 20 de julho de 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm.

Bridi, F. R. S. (2012) . A formação continuada em educação especial para o atendimento educacional especializado. *XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino*; Campinas, Brasil, julho 22-26. Campinas. Acesso em 11 de julho de 2014, em http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2412b.pdf.

Chaiklin, S. (2011) . A zona de desenvolvimento próximo na análise de Vigotski sobre aprendizagem e ensino. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 659-675.

Gomes, A. L. L. V., Paulin, J-R., Figueiredo, R. V. (2010). *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual*. Brasília: MEC/SEESP.

Luckasson, R., Borthwick-Duffy, S., Buntinx, W. H. E., Coulter, D. L., Craig, E. M., Reeve, A., et al. (2002). *Mental retardation: definition, classification and systems of supports* (10th ed.). Washington: *American Association on Mental Retardation*.

Ministério da Educação e Cultura [MEC]. (2010). *Manual de orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais*. Brasília: MEC.



Ministério da Educação e Cultura [MEC]. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC. Acesso em 10 de julho de 2014, em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.

Ministério da Educação e Cultura [MEC]. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado – AEE*, 2010. Acesso em 10 de julho de 2014, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12507&Itemid=826.

Prefeitura Municipal de São Luís. (2014). *Quadro demonstrativo de técnicos – escolas - 2014*. São Luís: Superintendência da Área de Educação Especial.

Resolução CNE/CEB nº 2/01 de 11 de setembro. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/ SEESP. Acesso em 20 de julho de 2014, em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf.

Universidade Federal do Ceará [UFC]. (2013). *Edital n.º 01/2013/PR-PPG: seleção de candidatos para o curso de especialização em educação especial: formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado (AEE) de 2013*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

Vigotski, L. (1998). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (6ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.